



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 03 2012	15h40min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 12ª
(DÉCIMA SEGUNDA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 6 DE MARÇO DE 2012.**

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Cláudio Abrantes a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observação a seguinte:

- Ata da 11ª Sessão Ordinária.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 03 2012	15h40min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, prezados colegas, todos que se encontram nas galerias, imprensa, a questão que eu trago hoje é sobre esse movimento da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. Diferentemente do que aconteceu em outras unidades da federação, esse movimento tem sido um movimento ordeiro, que não usou a prerrogativa da greve e tem buscado incessantemente um canal de diálogo com o Governo do Distrito Federal.

Outra coisa importante de se destacar é que segurança pública é o que todos nós desejamos e precisamos. Cada pai e mãe de família quer ter a segurança, quer ter o conforto, quer ter a tranquilidade de que o seu filho possa ir à escola e voltar, de que as suas famílias possam ir ao trabalho e voltar sem nenhuma admoestação. É impensável nós não darmos o mesmo tratamento a essas pessoas que cuidam da gente. Eu acho que nós temos de ser capazes de cuidar dos nossos cuidadores, para que eles possam cuidar bem.

Eu fiz um encaminhamento na reunião de Líderes para que obstruíssemos a pauta de votação até que o Governo, em um gesto, pudesse retornar o canal de negociação, mas dando um sinal claro de respeito a esse movimento e retornando os profissionais que foram transferidos só porque estavam engajados no movimento. Eu acho que as bases do Partido dos Trabalhadores, que está hoje no Governo, todas, nasceram de movimentos sindicalistas, de movimentos de trabalhadores que lutavam por melhores condições de vida. Então, eu faço um apelo.

Fiz um apelo ao Líder de Governo. O próprio Líder de Governo, o Deputado Wasny de Roure, fez uma proposta de irmos também ao Ministério do Planejamento. Fez uma proposta, junto com o Deputado Patrício, de que nós pudéssemos ir ao Comandante da Polícia Militar, ao Comandante dos Bombeiros e, enfim, buscar o interlocutor do Governo para que se possam explicitar as possibilidades, para que as pessoas se sintam no mínimo respeitadas, recebam informação concreta daquilo que é possível, daquilo que não é possível, e aí tomem a sua posição.

A bancada do PSD, Sr. Presidente, está na data de hoje em obstrução, aguardando que o Governo tenha sensibilidade de fazer esse gesto. Eu tenho certeza de que V.Exa., oriundo da corporação, haverá de conseguir uma audiência, como V.Exa. mesmo manifestou lá na reunião de Líderes, para que possamos corrigir essa injustiça das transferências ocorridas. Se a gente procurar saber exatamente quais foram os policiais transferidos, para que a gente retorne, pode ter um canal de diálogo, abrir novamente esse canal de diálogo.

Esse é o encaminhamento do PSD.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputada Eliana Pedrosa, V.Exa. me concede um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 03 2012	15h40min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ouço o aparte do Deputado Patrício.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Quero só deixar claro para V.Exa., para os Deputados que estão aqui e para a imprensa que está ouvindo que eu sou oriundo da Polícia Militar e não esqueci as minhas origens.

Para aqueles que dizem que eu voltei para a PM e que sou capitão: estão totalmente enganados. Eu nunca aceitei favor de governador nenhum para que me anistiasse, seja o Roriz ou o Arruda. Fui ao Congresso Nacional de forma legítima, articulando com as lideranças do País inteiro. Fizemos um projeto de lei no Senado Federal que foi votado por unanimidade, depois na Câmara Federal por unanimidade, anistiando os policiais e bombeiros militares que fizeram movimentação no País inteiro. A lei foi sancionada e fomos anistiados pelo Presidente Lula, mesmo tendo o Ministro da Defesa Nelson Jobim e outras autoridades das Forças Armadas sido contrários à sanção da anistia.

O Presidente Lula — sindicalista que é, trabalhador que é, que chegou a Presidente da República comprometido com o Partido dos Trabalhadores — sancionou a nossa anistia no dia 13 de janeiro de 2010, mas até hoje não retornei às fileiras da corporação. Não retornei porque tenho dito aos companheiros policiais e bombeiros militares que só retornarei quando os meus companheiros estiverem em um patamar digno junto à sociedade do Distrito Federal. E não tenho problema nenhum em colocar isso.

Não sou político de carreira. Quando eu sair do mandato — estou deputado distrital — serei policial militar, e a minha remuneração será a da instituição, porque tenho direito em função da anistia que eu recebi em um projeto de articulação no Congresso Nacional.

Quanto ao movimento no Distrito Federal, quero deixar claro que fiz contato com todas as lideranças do País inteiro — seja o Prisco na Bahia, o Aragão em Tocantins, o Joase em Natal, o Darciolo no Rio de Janeiro. Fui inclusive pego no grampo da Polícia Federal, mas a minha intervenção foi pela conciliação, pela desocupação da Câmara Legislativa, porque o Poder Legislativo é um órgão democrático e é um pilar da democracia.

Conversei com todos os Líderes de movimentos do Distrito Federal, com todos. Nós tivemos uma reunião, quarta-feira da semana passada, lá na sala de reuniões técnicas da Presidência da Câmara, e abrimos um canal de diálogo com o Governo do Distrito Federal, como V.Exa. mesma disse agora. Tivemos uma reunião com o Secretário de Administração, Wilmar Lacerda; o Secretário de Fazenda, Marcelo Piancastelli; o Secretário de Planejamento, Edson Ronaldo Nascimento; o Comandante da Polícia Militar, o do Corpo de Bombeiros, o Chefe da Casa Militar, Coronel Leão, e todas as lideranças do movimento.

Eu, inclusive, fui questionar com o Comandante se havia transferência na Polícia Militar ou no Corpo de Bombeiros por retaliação ao movimento. E coloquei



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 03 2012	15h40min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

para as lideranças na reunião na sala técnica: eu sou oriundo da Polícia Militar, e neste governo do PT, que é composto por uma ampla aliança, a maioria dos ocupantes de cargos são oriundos dos movimentos sindicais. Nós não aceitamos nem vamos permitir, de maneira nenhuma, perseguição ou retaliação a qualquer trabalhador. Eu duvido que o Governador Agnelo ou qualquer membro do Governo tenha solicitado retaliação a qualquer um. É preciso verificar se as transferências foram feitas por retaliação ou por motivos administrativos. Isso o Comandante da Polícia Militar tem de responder. Concordo com V.Exa.

Vou fazer contato telefônico com o Comandante da PM e solicitar que ele venha à Câmara Legislativa dar o esclarecimento aos Parlamentares que quiserem acompanhar.

É bom deixar claro, porém, que o Governo Federal adotou uma postura de não dar reajuste a nenhum servidor público em função da crise mundial e da situação que estamos atravessando. Não sabemos como o Brasil vai se comportar durante essa crise. Ela ainda não acabou, é bom termos isso claro. Não é uma posição da Presidente Dilma Rousseff contra qualquer servidor ou qualquer trabalhador. É responsabilidade dela como Presidente da República. E o Governo do Distrito Federal — o Governador Agnelo — tem o entendimento legal da Lei de Responsabilidade Fiscal. É bom deixar claro aqui. Por mais que o Governador quisesse dar reajuste salarial, Deputada Eliana Pedrosa, ele não poderia, em função da LRF. É bom deixarmos isso claro aqui.

Eu subi no carro de som no ano passado e fui confundido pela imprensa, que disse que era Presidente da Câmara Legislativa e estava fazendo movimento contra o Governo. Fiz a opção de não subir no carro de som neste ano, justamente para não ser confundido de novo. Mas não esqueci as minhas origens e continuo fazendo o papel de negociador, como disse na reunião do Colégio de Líderes, como V.Exa. mesma afirmou, reunião em que tratamos do tema com muita responsabilidade. Eu expus algumas alternativas.

O Governo pode, através da lei que foi aprovada na época do Governo Arruda — V.Exa. era Deputada, a lei foi aprovada e sancionada pelo Presidente Lula em uma grande festa no Nilson Nelson —, criar o auxílio-transporte para os policiais e bombeiros militares; pode aumentar o auxílio-moradia; pode aumentar o auxílio-fardamento; pode, inclusive, mandar os policiais e bombeiros fazerem o CAP, e aí eles poderão ter um reajuste de 20%. Podem fazer o CAEP, que também dá um reajuste de 30%. Isso com ações internas do GDF, sem encaminhar ao Governo Federal. Pode fazer um CHOEM e as promoções de policiais e bombeiros.

É bom lembrar que só no ano passado, em 2011, no Corpo de Bombeiros, com o decreto assinado pelo Governador Agnelo Queiroz no dia 20 de abril de 2011, 11 mil policiais militares foram promovidos. E mais 3 mil vão ser promovidos em abril deste ano. No Corpo de Bombeiros nós não temos mais nenhum soldado — temos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 03 2012	15h40min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

apenas dois soldados em função de liminares —, em razão das promoções que têm sido dadas. Estas promoções, é claro, dão um conforto a esses profissionais, que acabam tendo a remuneração melhorada. Nós temos alternativas para contemplar esses profissionais.

V.Exa. propôs que a gente vá ao Ministério do Planejamento, o Deputado Wasny de Roure, o Deputado Chico Vigilante e outros Parlamentares também. Eu vou solicitar à Ministra do Planejamento uma audiência com os Parlamentares da Câmara Legislativa para que possamos ir até lá e ter um diálogo, uma conversa. Lembro que não é uma negociação do Governo. Os Parlamentares vão fazer uma intermediação, saber a realidade, para passar a esse segmento profissional qual é a realidade em que se encontra o Fundo Constitucional do Distrito Federal.

O Governador Agnelo foi aos meios de comunicação no dia de hoje e expôs, de maneira muito transparente e honesta, que ele não é contra nenhum servidor, nenhuma categoria. Mas ele tem o impedimento legal da LRF. Colocou, inclusive — é verdade: os governadores, durante reunião que tiveram, afirmaram isso — que nós corremos um risco muito grande de perder o Fundo Constitucional do Distrito Federal. É bom que a gente tenha isso muito claro. Mas eu duvido que o Governador vá se omitir ou se furtar a cerrar fileiras, inclusive com os servidores públicos do Distrito Federal, para garantir a manutenção do Fundo Constitucional.

Então, V.Exa. está de parabéns ao defender os policiais e bombeiros militares. Nós estamos cerrando fileiras nesse movimento, nessas reivindicações. É claro que vamos lutar pelos policiais e bombeiros militares, pelos professores e por qualquer servidor que vier reivindicar de forma honesta e transparente, porque os Parlamentares têm compromisso com os servidores e também com a sociedade do Distrito Federal.

Agradeço a concessão do aparte e retorno a palavra a V.Exa.

Obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Agradeço o aparte do Deputado Patrício.

Aproveito para informar que foi anunciado hoje ou será anunciado amanhã que, no auge da crise, o nosso Produto Interno Bruto cresceu 3%. Nós tivemos um crescimento real e importante.

Deputado Patrício, como V.Exa. colocou, vários desses benefícios não dependem do Governo Federal, podem redundar no aumento do soldo dos policiais, dependem apenas de uma decisão aqui do Distrito Federal e já estão computados no nosso orçamento, portanto não causariam nenhum impacto na Lei de Responsabilidade Fiscal. Acho que esse é um caminho possível. Eu acho que os policiais militares e bombeiros estão abertos para escutar isso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 03 2012	15h40min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Se não é possível um reajuste, e um plano de cargos e salários? Vamos discutir isso. Eu acho que o gesto da negociação, o gesto do diálogo é muito importante e, mais do que importante, ele é necessário neste momento.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

Quero lembrar a V.Exa., que acabou de colocar em seu pronunciamento a questão do plano de cargos e salários, de que quando nós optamos, no ano de 2009, por lutar por um plano de cargos e salários é porque nós sabíamos da dificuldade de aprovação de aumento salarial no Congresso Nacional. Nós só temos oito deputados federais, três senadores, e sabemos que os deputados e senadores terão dificuldade de votar projetos de aumento para a área de segurança em função dos seus estados.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, estou me retirando num processo de obstrução.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PSL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero parabenizar V.Exa. por estar fazendo, junto com a Mesa Diretora, esse projeto de resolução pelo qual o deputado eleito terá 48 horas para retornar a esta Casa. Ou seja, se ele quiser retornar, deverá comunicar com 48 horas de antecedência, para que não aconteça mais o que vinha acontecendo: o constrangimento para os parlamentares que são suplentes e que aqui são parlamentares. Então, eu quero aqui cumprimentar V.Exa. e cumprimentar todos os meus pares por aceitarem essa resolução, porque é inadmissível nós, em qualquer momento, quisermos voltar e constrangermos o colega que está aqui na Casa.

Então, o deputado que é o titular do mandato deverá comunicar 48 horas antes o seu retorno a esta Casa. V.Exa., na Presidência desta Casa, está de parabéns por essa resolução.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 03 2012	15h40min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL (Bloco PSL/PTC/PMDB/PSC/PTdoB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, senhoras e senhores; boa tarde, meus pares. Venho a esta tribuna com muita tranquilidade, com muita vontade de falar a respeito de um fato que aconteceu em Planaltina. E isso não é só da minha lavra, é da lavra do Deputado Wellington Luiz, que hoje é secretário; é da lavra do Deputado Cláudio Abrantes e da minha lavra, Deputado Dr. Michel. Nós três nos encontramos muito indignados com um fato que acontece e que aconteceu lá em Planaltina.

Se os senhores não sabem, eu vou dizer para os senhores: o juiz primeiro da causa, em qualquer lugar do Brasil, é o delegado de polícia. Ninguém leva uma facada, ninguém leva um tiro, ninguém leva um tapa e corre para o Judiciário ou corre para qualquer outro lugar. Corre para a delegacia.

E nós, policiais civis, policiais militares, bombeiros, nós do Corpo de Segurança, passamos por algumas dificuldades. Polícia, ninguém gosta, mas todo mundo quer. Existem três dificuldades. Quando o indivíduo está na dificuldade, ele passa por três situações: “Meu Deus, cadê a minha mãe? Onde é que está a polícia?” Contudo, nós policiais só somos vistos quando somos necessários. E vejo colegas nossos da Polícia Civil passarem por um grande constrangimento no Judiciário de Planaltina. Não quero dizer que é o Poder Judiciário. Não vamos aqui imputar uma responsabilidade a um órgão de tamanha responsabilidade, que é o Judiciário. Entretanto, há juiz que faz concurso como homem, toma posse como Deus e pensa que é Deus, mas ele não é Deus, não. Ele é um servidor público como qualquer um de nós.

Muitos podem não estar dando nem atenção ao que estou falando aqui, podem não estar entendendo, porque não passaram por isso ou porque não precisaram da polícia, ainda. Porém, quando precisarem da polícia, verão a sua eficiência. Nós não podemos deixar que policiais sejam tratados como marginais sem serem marginais. Se o policial fizer alguma coisa errada, ele deve responder. Agora, ser achinhalhado, ser avacalhado, ser diminuído, ser constrangido por uma autoridade do Judiciário, que é o homem que tem o juris, que é o homem que tem de dizer o Direito, é triste.

Então, vou ler uma carta de repúdio, que eu, o Deputado Cláudio Abrantes, que é policial civil, e o Deputado Wellington Luiz assinamos.

“Nós viemos a público externar repúdio e profunda preocupação em relação aos fatos ocorridos no dia 28 de fevereiro de 2012, no interior do Fórum de Planaltina, no Distrito Federal. No evento, dois policiais civis, um delegado e um agente de polícia foram submetidos a constrangimento ilegal naquele local”. Ou seja, o juiz querendo fazer uma investigação em cima de um delegado e de um agente de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 03 2012	15h40min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

polícia, querendo fazer reconhecimento em cima de fatos que não eram legais para ele fazer naquele momento.

“Sob o peso do absurdo e do abuso de autoridade, potencializado por falsidade ideológica do Juiz de Direito Fabio Martins de Lima”. Falsidade ideológica por quê? Porque ele alterou as datas que havia e o horário da audiência, para poder imputar responsabilidade a um delegado que vinha fazendo seu trabalho em Planaltina.

Sabemos que Planaltina é uma das cidades, hoje — o Deputado Cláudio Abrantes sabe —, das mais violentas que há. E não por culpa de juiz ou por culpa do Judiciário ou por culpa da polícia. Primeiro, por culpa de um social que até hoje não chegou e, segundo, pelas leis, que hoje são muito brandas. São leis que acobertam os vagabundos. Então, muitas vezes, o delegado, por ser o juiz primeiro da causa, fica de mãos e pés amarrados, sem poder dar uma resposta imediata à sociedade. Diante disso, nós vemos um juiz fazer uma atrocidade com uma autoridade policial e com um agente da autoridade, que é o agente policial.

Nós muitas vezes nos calamos porque interpretamos que eles são verdadeiros deuses, mas não são deuses, não. Eles estão lá, como nós, servidores públicos, para fazer valer a lei – e não mais do que a lei. Porque, a partir do momento que se faz mais do que a lei, torna-se marginal também. Marginal não é só quem vive da vagabundagem. Marginal também é quem está à margem da lei. E um juiz que faz mais do que a lei manda, para prejudicar servidores públicos, está à margem da lei. Nós podemos chamá-lo de marginal. Não de marginal criminoso, mas de marginal que não fica dentro da lei.

Continuando a nossa carta de repúdio: “em franco e largo processo de despotismo, no pretexto de fazer cumprir institutos de uma investigação que transborda o rol de atribuições constitucionais de um magistrado”. Magistrado não tem competência constitucional para fazer investigação. Senão fica o desequilíbrio da balança do Direito. O Direito é cego, mas ele é cego para que não olhe para quem vai fazer justiça. Ele não pode ser cego para constranger cidadãos de bem e profissionais competentes e trabalhadores.

Dando continuidade à nossa carta de repúdio: “os policiais tiveram seus direitos aviltados e submetidos a toda sorte de constrangimentos. O fato em questão traduziu a truculência de um juiz atrelado ao abuso de poder, que não lhe foi conferido por nenhum instituto jurídico, antes, porém, severamente refreado pela Constituição Federal”.

“Tivesse o evento ocorrido em ambientes ermos ou nas madrugadas lupanares, certo que não teria alcançado a gravidade que ora se apresenta. O palco foi o interior de um fórum, onde a austeridade de um magistrado transmutou-se em incontrolável capitão do mato”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 03 2012	15h40min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

A forma como ele quis fazer com o delegado, muito bem escrito está aqui nesta carta, parecia mais a de um capitão do mato do que de um jurisdicionado. Este pegou um delegado de polícia, um homem sério, um homem trabalhador, um jovem ainda, um garoto – porque hoje nós sabemos que esses jovens estão bem instruídos – e o levou ao fórum para constrangê-lo, numa situação que não era de competência daquele juizado e muito menos daquele juiz.

Quando eu falo aqui, não falo do Judiciário. Eu falo de um membro do Judiciário, de um juiz que deveria dar o exemplo, mas que naquele momento não deu, causou uma atrocidade, um constrangimento muito grande a uns homens, como aqueles policiais de Planaltina, que vêm lutando diuturnamente para diminuir a violência em nossa cidade.

“Desta sorte, solidarizo-me com os policiais civis, e tudo que estiver ao alcance de nossa pessoa para que seja reparado o prejuízo sobre tão reprovado ato será feito, e exigido o devido reparo nas barras da Justiça.”

Eu quero dizer, Deputado Chico Vigilante, que não sou contra o Judiciário. Eu sou a favor do Judiciário. Ele é um órgão necessário, é um órgão permanente, mas lá há determinados profissionais – não só lá, qualquer carreira os teria – que deveriam ver para que se propuseram a fazer aquele papel. Uma pessoa, ao prestar concurso para juiz, sabe que estará ali para decidir sobre vidas. Muitas vezes, uma caneta daquela é muito pior que o chumbinho, que é um veneno, porque ela pode acabar com a vida de um indivíduo.

Aquele jovem policial foi levado – eu não sei como ele se deixou levar – para o fórum de Planaltina e lá foi submetido a constrangimentos que não são legais, porque, se fossem, não seriam constrangimentos. Ninguém pode ser constrangido por algo que é legal. Nem tudo que é legal é moral, mas tudo que é moral é legal. Nós não podemos aceitar que delegado de polícia, sargento de polícia, policiais militares, soldados do Corpo de Bombeiro... O pessoal da segurança pública tem que ter um melhor tratamento.

Eu fui delegado de polícia, Sr. Presidente, por 25 anos. Quando chegamos ao fórum, Sr. Presidente, fomos tratados com se nem pessoa fôssemos. Muitas vezes, eles, para não deixar valer o policial, pois o policial é também essencial para a manutenção da segurança, nos tratavam como se fôssemos verdadeiros gnomas (*sic*). Mas nós somos abnegados e não vamos nos deixar cair por uma atrocidade como essa que aconteceu em Planaltina.

Eu gostaria de dizer aos senhores que essa indignação é de um policial aposentado que passou por diversos constrangimentos, mas não tão grandes como esse.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Transfiro a Presidência ao Deputado Joe Valle, pois preciso sair para uma reunião no Palácio do Buriti. Assim que encerrar a reunião, retornarei ao plenário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 03 2012	15h40min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

(Assume a Presidência o Deputado Joe Valle.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DR. MICHEL – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Dr. Michel, eu pedi este aparte para dizer que compreendo a indignação que toma conta de V.Exa. neste momento, porque há uma corporação policial no Distrito Federal que merece todos os aplausos da sociedade de Brasília neste momento, que é a Polícia Civil do Distrito Federal, além da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiro. É só verificarmos, Deputado Dr. Michel, o quanto de crimes hediondos que essa polícia tem descoberto em menos de 24 horas. Verificamos a situação daquele facínora que assassinou uma moça em São Sebastião, fugiu para o Maranhão, lá para a cidade de Pinheiro – eu conheço a cidade, ela fica na baixada maranhense –, a Polícia Civil do Distrito Federal foi até lá e alcançou o bandido, que já está preso.

Verificamos essa situação que envergonhou a todos nós, que foi notícia nacional: o assassinato do rapaz, morador de rua de Santa Maria. O mais grave, Deputado Dr. Michel, foi ver – ao assistir à televisão – o cinismo de um dos elementos que ateou fogo no rapaz. Parece-me que ele recebeu cem reais para acender o palito de fósforo. O elemento que autorizou o crime, parece-me, inclusive, era um sujeito da Aeronáutica que possui um bar e não queria os mendigos lá, perto da casa dele, porque achava que eles estavam sujando a imagem do boteco dele. Então, os contratou. O bandido – eu assisti ainda agora na *TV Record* –, o elemento, Deputado Dr. Michel – isso é de estarrecer – estava sorrindo na frente das câmeras, como se não tivesse feito nada, sorrindo como se não tivesse feito absolutamente nada!

Mais esse crime foi desvendado pela Polícia Civil do Distrito Federal. Na verdade, não está ficando um único crime insolúvel no Distrito Federal. A polícia tem trabalhado, investigado e tem descoberto, efetivamente, os criminosos. A cada hora que você liga a televisão, você vê delegados de Ceilândia, Planaltina, Santa Maria, Gama – a Dra. Deborah aqui no Setor de Indústria, que pega aquela área da Estrutural também. É um trabalho efetivo, uma demonstração correta do quanto esses homens e mulheres da Polícia Civil do Distrito Federal têm atacado a criminalidade e a bandidagem. Portanto, eles estão de parabéns!

Eu acho, Deputado Dr. Michel, que tanto o Ministério Público quanto o Judiciário deveriam se somar a esses homens e mulheres que só fazem bem para nossa sociedade porque nos trazem segurança e tranquilidade.

DEPUTADO DR. MICHEL – Agradeço o aparte do Deputado Chico Vigilante.

Quero dizer que o que eu estou falando aqui não é corporativismo, não, porque eu não faço corporativismo podre. Se os policiais tivessem errado, vocês podem ter certeza de que eu até faria o pronunciamento contra os policiais. Mas,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 03 2012	15h40min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

nesse caso, os policiais foram constrangidos, foram humilhados por estarem no estrito cumprimento do dever, e o juiz entender que não. Aí é que está o problema: ele não está sobre a lei, ele não pode sobrepor-se à lei.

Eu não posso aqui esquecer de dizer que o Deputado Wellington Luiz, hoje Secretário, foi um dos primeiros a chegar à delegacia, a ouvir os policiais para saber realmente o que estava acontecendo e dar apoio àqueles policiais que, naquele momento, estavam se sentindo sem chão, sem lugar para ficar, porque só quem passa pelo que eles passaram – eu já passei por isso – sabe o que é ser constrangido e ser humilhado diante de tamanha força.

Com a força que um juiz tem, é como tomar pirulito de criança o que ele fez com o delegado e com o agente de polícia. Mal sabe ele que, ao fazer aquilo, ele está desestimulando a segurança pública. Nós não temos aqui que acobertar nenhum tipo de falcatura, nenhum tipo de irregularidade, nenhum tipo de crime que porventura possa estar sendo cometido por algum homem da segurança pública, mas temos que prestigiar, nós temos de respeitar, pois, como eu disse no início da minha fala, quando nós estamos no sufoco, três coisas a gente vem falar: “Meu Deus! Cadê minha mãe? E onde está a polícia?” Então, nós não podemos fazer que esses abnegados, que esses policiais, que lutam para tirar-nos dessa manifestação de maldade que hoje está acontecendo por parte do próprio ser humano, sejam achincalhados covardemente como eles foram.

Fica aqui minha indignação! E nós vamos mandar essa carta de repúdio para o Presidente do Tribunal, todas as ações deverão ser tomadas pelos sindicatos das corporações para que esse juiz responda pelo que ele fez, porque nós somos responsáveis por aquilo que fazemos, e essa covardia deverá ser vista na Justiça.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DR. MICHEL – Ouço o aparte de V.Exa., Deputado Olair Francisco.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) – Deputado Dr. Michel, eu quero apenas usar aqui esse tempo de aparte porque V.Exa. sabe que eu sou um defensor das instituições no Distrito Federal. V.Exa. vem aqui fazer um pronunciamento nesta tarde sobre a Polícia Civil, que é orgulho do Distrito Federal. Eu tenho acompanhado o trabalho de V.Exa. – até sou relator de um projeto de autoria de V.Exa. lá na Comissão de Constituição e Justiça, que dá mais valor para a Polícia Civil do Distrito Federal. Sei do trabalho que V. Exa. tem não para defender a Polícia Civil, porque ela não precisa de defensor, mas para valorizar cada dia mais essa instituição do Distrito Federal, que é orgulho de todos nós. Tanto a Polícia Civil, quanto a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiro são orgulho do povo do Distrito Federal.

Então, eu quero aqui assinar junto com V.Exa. esse manifesto. Este Parlamento, todos os 24, estará ao seu lado, não para valorizar, não para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 03 2012	15h40min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

engrandecer o Deputado Dr. Michel, mas para dizer que essa Polícia Civil que nos defende, que defende a família brasileira, que percorre quilômetros e quilômetros quadrados, 24 horas por dia, tem o respeito deste Parlamento e o respeito do povo do Distrito Federal.

Eram essas as minhas palavras.

DEPUTADO DR. MICHEL – Eu quero agradecer o aparte de V.Exa. Eu quero deixar bem claro que eu não estou aqui contraditando o Judiciário, nem muito menos o Ministério Público. São duas instituições de que precisamos, que se fazem necessárias e são respeitadíssimas. Nós estamos falando de um fato isolado, cometido por um membro dessa carreira judiciária. Eu não estou falando do Judiciário. Eu tenho um respeito muito grande pelo Judiciário. Eu tenho vários amigos no Judiciário e no Ministério Público, inclusive o nosso Deputado aqui é membro do Ministério Público e é nosso amigo.

Eu não estou aqui levando em causa a questão do Judiciário ou do Ministério Público. Foi um fato isolado causado por um membro do Judiciário, que constrangeu e vem constrangendo policiais que vêm fazendo o seu trabalho. Policial errado tem que responder, mas não daquela forma. Felizmente, naquele momento, aquele delegado de polícia não estava errado. Nós não podemos esquecer que o Judiciário e o Ministério Público dependem muito da instituição polícia, tanto Polícia Militar quanto Polícia Civil, bem como do Corpo de Bombeiros. Eu tinha um professor de Direito Processual Penal e de Penal que dizia que o inquérito policial não é necessário para a denúncia, mas ele dizia que nunca tinha visto uma denúncia sem inquérito policial.

Então, nós temos que andar de mãos dadas. Nós estamos do mesmo lado, nós não estamos de lados opostos. Nós estamos caminhando para darmos segurança para a comunidade, e para isso vem Ministério Público, Polícia Civil, Judiciário, comunidade. Nós somos uma maioria acuada em detrimento de uma minoria. Se nós analisarmos, nós não temos 10% de nossa população de marginais. Eu fiz uma vez um teste em Sobradinho II. Nós temos 25 mil moradores dentro de Sobradinho II, e eu perguntava: “Vocês acham que 10% são bandidos? Temos 2.500 bandidos?” Não temos. Você acha que 5% são de bandidos? Não são. Nós não temos aqui meia dúzia de bandidos que ficam nos coagindo. Então, chegou o momento não de aceitarmos atrocidades, aceitarmos qualquer tipo de criminalidade, mas nós temos que nos apoiar uns aos outros, porque ao continuar dessa forma – as leis já são muito brandas –, eu vou dizer que chegará o tempo, igual ao que já está agora, em que seremos presos em potenciais, diante da situação em que estamos vivendo.

Esse meu repúdio, Deputado Chico Leite, não é contra o Ministério Público, não é contra o Judiciário, é contra um membro que, numa atitude isolada – isolada, diga-se de passagem, pois inclusive o Ministério Público naquele momento ficou



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 03 2012	15h40min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

estarrecido com a situação –, fez um constrangimento a um delegado de polícia e ao agente de autoridade, que era o agente de polícia.

Eu não gosto de enfeitar boneca com o chapéu dos outros. Eu quero aqui agradecer ao Deputado Wellington Luiz, que hoje é Secretário, que mandou essa nota para que eu pudesse falar aqui, porque ele não pode usar o microfone. Ele está muito sensível com a causa porque ele vem de dentro da categoria, realmente. Eu também sou da categoria, mas ele tem uma ascensão maior na categoria. O Deputado Cláudio Abrantes esteve na delegacia, eu também estive. O nosso repúdio, Deputado Chico Leite, não é contra o Judiciário, contra o Ministério Público, é contra um fato isolado. Se nós não nos unirmos contra o que está acontecendo hoje em matéria de criminalidade, eu vou dizer para o senhor que nós estaremos mortos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok, Deputado Dr. Michel.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes, que fará seu pronunciamento no lugar do Deputado Prof. Israel Batista.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Bloco da Renovação Democrática Popular. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres pares, imprensa, antes de tudo eu quero agradecer a generosidade do Líder do nosso bloco, Deputado Prof. Israel Batista, que cedeu este espaço para que pudéssemos abordar da tribuna um tema, assim como outros já abordados, de extrema relevância e preocupação, que veio hoje sobre o Distrito Federal, mais especificamente sobre a cultura do Distrito Federal, Sr. Presidente.

Quero saudar todos os membros do Fórum de Cultura que estão aqui na galeria preocupados, dirigentes, artistas, preocupados com o que aconteceu em relação ao FAC do Distrito Federal. Nós ainda não conseguimos entender a motivação, Deputado Chico Vigilante, que o Secretário de Planejamento teve, ao contingenciar nada mais, nada menos de 20 milhões do Fundo de Amparo à Cultura. Isso representa, se tomarmos apenas o valor do FAC para este ano, para este exercício, cerca de quase 50% deste valor, que está algo em torno de 44 milhões.

A cultura, que já sofre com um orçamento, na minha opinião – eu não gosto de adjetivar, mas é a expressão que posso usar no orçamento da cultura – ridículo, não consigo ver outra explicação, ainda na sua principal fonte de financiamento, que é o Fundo, tem esse corte de uma maneira inexplicável e inadmissível, Deputado Paulo Roriz. Por quê?

Primeiro, porque é um dinheiro que não se pode fazer nada com ele, o dinheiro é do Fundo, não há possibilidade de pegar esse dinheiro, esse recurso e colocar em outra área. Isso não se pode fazer por lei. Por força de lei, esses recursos estão ligados ao FAC e não podem ser mudados. Segundo, isso compromete



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 03 2012	15h40min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

sobremaneira todo o planejamento da Secretaria de Cultura para o primeiro e para o segundo semestre, porque os editais que deveriam ser implementados já, rapidamente, vão ficar prejudicados, porque nós vamos – “nós” porque estamos todos envolvidos nessa questão da cultura – ficar sem recursos para implementação dos capitais. Ainda mais, porque existe uma questão de restos a pagar envolvidos nisso.

Então, nós, a Câmara Legislativa, na última Legislatura lutou para aprovar nesta Casa, e nós sabemos que há vários Deputados da outra Legislatura.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Cláudio Abrantes, V.Exa. quando cita que, na Legislatura passada, nós aprovamos, inclusive com uma emenda nossa e com muita luta, o FAC, V.Exa. consolida toda uma construção de que tem sido evidentemente líder e protagonista, e mostra que é impossível que, sem uma compreensão geral política, nós admitamos esse contingenciamento. Essa que é a realidade.

Aqueles mesmos, nós mesmos que lutamos para a formação do Fundo, sabendo que não pode ir a lugar nenhum esse recurso, lutaremos para que não haja o contingenciamento, para descontingenciar. Nós vamos ao Secretário Hamilton Pereira, nós vamos àquele que é responsável no Planejamento, nosso Secretário Edson Ronaldo Nascimento, vamos levar ao Governador Agnelo Queiroz, que tem sensibilidade. Sabemos que o momento orçamentário não é simples, mas sabemos o que é prioridade para o nosso Governo e faremos essa defesa na nossa bancada.

Conversei com o Líder Deputado Chico Vigilante, que está disposto a receber. Parece-me que seria muito importante se pudéssemos fazer uma reunião de todo nosso contingente com o Líder do Governo, o Deputado Wasny de Roure, e com todos aqueles parlamentares que apoiam e sempre apoiaram, suaram a camisa aqui para a formatação do Fundo, para levar esse pleito coletivo ao Governador Agnelo.

Era isso que eu queria dizer, irmanando a minha posição a de V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Obrigado, Deputado Chico Leite. A gente espera realmente que essa posição seja abraçada pelos 24 deputados distritais que têm essa vinculação, que trabalharam direta ou indiretamente pelo Fundo e, principalmente, neste momento delicado, porque na semana passada, Deputada Arlete Sampaio, eu estive nesta tribuna elogiando a Secretaria de Fazenda, que já tinha elaborado a autorização para a Lei de Incentivo à Cultura, e essa autorização já tinha passado pelo Confaz.

Então, da mesma forma que estivemos aqui para elogiar o Governo nesse sentido, não podemos nos calar neste momento. Embora a Lei de Incentivo à Cultura



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 03 2012	15h40min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

esteja andando no Executivo, ela não chegou ainda a esta Casa. Portanto, ela ainda não é uma realidade para o financiamento, para o fomento da cultura desta cidade.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Deputado Cláudio Abrantes, eu quero me colocar de acordo com o pronunciamento de V.Exa. Há um compromisso desse Governo com uma nova política cultural para o Distrito Federal, e esse compromisso se revela quando se analisa o Orçamento. Como Secretária que fui até há pouco, também me deixou extremamente constrangida o fato de o Orçamento aprovado da Secretaria que eu dirigia ter sido muito aquém do que eu havia reivindicado. Entretanto, as negociações que tivemos esse ano já nos permitiram a complementação orçamentária para que possamos fazer frente a tudo o que foi planejado na área do desenvolvimento social.

A mesma atitude devemos tomar neste caso: temos que, conjuntamente, procurar o Secretário de Planejamento. Hoje mesmo tenho uma reunião com o Secretário da Cultura, e vamos tratar também desse tema. Nós vamos, com certeza, repor esse orçamento do FAC, que é imprescindível para que a Secretaria cumpra o seu papel de contribuir e incentivar as produções culturais do nosso Distrito Federal. Por outro lado, nós temos que reivindicar do Governo agilidade para que a Lei de Incentivo à Cultura venha imediatamente para esta Casa e possa se transformar em realidade, para que possamos ter com ela um fundo permanente de recursos para financiar todas as atividades da cultura do Distrito Federal.

Então, sou solidária e me coloco à disposição para, juntos, buscarmos, como disse o Deputado Chico Leite, essa suplementação orçamentária tão necessária, para que possamos fazer do FAC aquilo que ele realmente pretende ser: um Fundo de Apoio à Cultura para todas as produções culturais do Distrito Federal.

Muito obrigada.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Deputada Arlete Sampaio, agradeço muito seu aparte. A história política e o trabalho desempenhado por V.Exa. em prol da cultura nos deixa tranquilo, pois, com certeza, teremos mais uma força nessa luta para que haja o descontingenciamento desses recursos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Cláudio Abrantes, eu queria parabenizá-lo, pois V.Exa. sempre dá toda a importância aos assuntos ligados à cultura e sempre os traz a esta Casa. Parabenizo-o por este trabalho.

É extremamente importante que entendamos a questão das prioridades. Só lei não fará absolutamente nada, se não houver vontade política efetiva. Compreendemos e percebemos a cultura como um elemento essencial para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, porque não adianta as pessoas terem qualquer outra coisa se não estiverem felizes, se não estiverem se sentindo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 03 2012	15h40min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

pertencentes ao ambiente. Percebe-se a importância de todo o processo quando se tem a vontade política de fazer.

O nosso Governador sinalizou claramente sua vontade política. Nosso Governo traz uma nova visão para a política cultural e uma nova política cultural para o Distrito Federal. Nesse sentido, acredito que, no modelo que está se trabalhando e seguindo, quando se faz um orçamento e se vê a questão financeira, os cortes são quase que lineares. Mas, com a sua perspicácia, com o seu trabalho e também com todas as pessoas ligadas à cultura na observação de um governo em que a cultura é prioridade, eu quero aqui trabalhar junto com V.Exa. para mostrar que um corte desses num fundo de cultura pode ter impacto muito mais profundo do que possa estar se esperando.

Então, acho que priorizar a questão cultural do Distrito Federal faz a diferença e é fundamental para que consigamos fazer da nossa capital um exemplo para todo o País. Quero me solidarizar. Vamos trabalhar juntos. Somos base de Governo para isso, para não deixar essas coisas acontecerem.

Acho que é extremamente providencial a sua fala. Quero estar junto em qualquer momento para ajudar nessa empreitada, não de conseguir recurso para a cultura pontualmente, mas de conseguir definitivamente que a cultura passe a fazer parte de todos os planos de governo do nosso campo e desse Governo, para que consolidemos a cultura como um elemento extremamente importante na formação e na vida das pessoas de nossa Capital.

Obrigado pelo aparte.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PDT. Sem revisão do orador.) – Deputado Cláudio Abrantes, foi muito importante V.Exa. ter trazido este assunto a esta tribuna. De fato, nós, que somos membros da Frente Parlamentar de Defesa da Cultura, precisamos nos posicionar para que as políticas de cultura do Distrito Federal sejam tratadas definitivamente como políticas de Estado, para que se compreenda que essas políticas são importantes para a economia local, para a geração de recursos, para o combate à violência, para complementar o processo educacional. A cultura não pode ser tratada como assunto marginal. Ela precisa ser inserida no contexto das políticas contínuas e perenes do Estado.

Parabéns, Deputado Cláudio Abrantes, pelo tema que V.Exa. propõe hoje, como líder substituto.

Obrigado.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Obrigado, Deputado Prof. Israel Batista.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 03 2012	15h40min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Deputado Cláudio Abrantes, inicialmente eu quero parabenizar V.Exa. por esse pronunciamento e dizer que virou praticamente uma regra os orçamentos aprovados pelos governos serem contingenciados logo no primeiro quadrimestre do ano, seja no GDF seja no Poder Executivo. O que é importante é que o pronunciamento de V.Exa. e os apartes dos Deputados deixem claro para o Governador Agnelo Queiroz, que também tem um compromisso com a cultura, que esse contingenciamento seja apenas um pequeno ajuste temporário, uma coisa eventual, sazonal e possa ser resolvido o mais rápido possível.

O próprio contingenciamento de 20 milhões tem de ter um prazo de, no máximo, até maio, início de junho para ser descontingenciado, para que haja tempo hábil de se fazer a execução desse orçamento até o final do ano.

Nós tivemos vários problemas de execução no ano passado, em que os próprios gestores não conseguiram executar o orçamento que estava disponível. Entendemos que, em decorrência de termos tido de três, quatro governadores no ano anterior, praticamente todos os dados históricos e memórias de parte das Secretarias não existiam. Essa dificuldade para organizar e executar o orçamento do ano passado era uma coisa lógica, mas neste ano, não.

Acho que V.Exa. tem razão ao começar a reclamar. Sabemos que existe uma série de contingenciamentos dentro do Orçamento do Distrito Federal. Há sempre uma preocupação da área econômica, principalmente da área de planejamento, de fazer esse freio no início, para depois ir liberando gradativamente. Espero que esse freio de arrumação — tenho certeza de que depois será superado — não venha prejudicar atividades culturais de fundamental importância que temos, principalmente nos quatro primeiros meses do ano.

Eu parabenizo V.Exa. pelo pronunciamento nesta tarde.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Deputado Agaciel Maia, muito obrigado pelo aparte. No caso do FAC, temos um perigo maior, porque o FAC trabalha com editais. Quanto mais demora esse descontingenciamento, muito mais danosa é essa ação à cultura da cidade.

Agora há pouco, ouvimos aqui discussões sobre a segurança, sobre os problemas da criminalidade, sobretudo em cidades mais periféricas. Estamos aí novamente com este crime bárbaro apresentado à sociedade brasileira, que nos remete ao triste episódio do índio Galdino: a queima de mendigos. Isso mostra que são importantes os investimentos em infraestrutura, saúde, transporte. Mas reputo que não há área tão transversal quanto a cultura. A cultura se relaciona com a saúde, com o transporte, com a segurança, com a educação, com o social. Então, não pode a cultura ser segregada a um segundo plano.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 03 2012	15h40min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Esta Casa, Deputado Chico Vigilante, com a ajuda de V.Exa., conseguiu, depois de 20 anos, ter uma comissão de cultura. Como lá em 1990 não se atentou para isso, não tínhamos uma comissão de cultura, tínhamos a cultura como subtema de outra comissão. Hoje nós temos essa comissão, e de vez em quando temos que fazer uso da palavra para dizer que hoje a nossa comissão é a Comissão de Educação, Saúde e Cultura. Não é só uma questão efetiva, prática. Trata-se de dar à cultura a importância que ela tem.

Hoje se fala muito sobre Copa do Mundo em todos os cantos. Inclusive, aproveito aqui a minha fala para repudiar as declarações do Secretário-Geral da Fifa, o Sr. Valcke. Mas esse é um outro assunto. Nós falamos muito em Copa do Mundo. Recentemente esteve aqui uma delegação da África do Sul, e quando lhe perguntaram — sempre conto esta história — qual era o maior legado da Copa do Mundo, e se pensou em transporte, estádios, grandes obras, dólares de turismo, toda a delegação, todos aqueles deputados da África do Sul que estiveram aqui, em uníssono, disseram: “O grande legado da Copa do Mundo para a África do Sul foi poder mostrar a África do Sul para o mundo, mostrar a sua cultura para mundo”.

Então, o que nós brasileiros vamos mostrar para os turistas? O que vamos mostrar para o mundo? Já agora em 2013, com a Copa das Confederações, estará o mundo inteiro olhando para Brasília. Vamos mostrar um belo estádio? Ótimo. Um estádio adequado, uma arena? Sim. Mas e a nossa cultura, a arte das pessoas que fazem e que trouxeram elementos para esta cidade jovem, mas tão rica, culturalmente falando?

O FAC é um real instrumento que temos hoje – a lei não chegou ainda e, como muito bem colocado pela Deputada Arlete Sampaio, precisamos, sim, agilizar, cobrar agilidade do Executivo. Tenho certeza de que, já foi falado isso, essa lei virá. Se o FAC é contingenciado, os editais estão prejudicados. A realidade é essa. Se o FAC não for descontingenciado rapidamente, os editais precisam ser lançados. Até porque nós ainda temos recursos de 2011 comprometidos. Então, há uma série de pagamentos que precisam ser feitos. E o FAC, volto a dizer, trabalha com edital, que é um processo muito mais lento.

Nós temos discussões profundas para fazer na estrutura da Secretaria de Cultura, que não realiza um concurso público há mais de 20 anos. Todos os servidores trabalham com uma sobrecarga imensa. Então, precisamos fazer uma discussão ampla para que tenhamos na Copa das Confederações uma cidade arquitetonicamente bela, com transporte adequado, com acesso aos estádios, aos locais de competição. Nós precisamos ter uma cidade que valorize o seu patrimônio histórico, e a comissão da Unesco está chegando para discutir o tombamento da cidade. V.Exa. esteve lá, Deputado Chico Vigilante, ouviu, lançou com toda a força o ano de preservação aqui do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 03 2012	15h40min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Enfim, há uma série de ações, mas o FAC hoje é a mola mestra. O FAC é hoje a mola propulsora que dá recursos, que dá possibilidade para que os fazedores de cultura do Distrito Federal efetivamente possam realizar-se do ponto de vista de dar à sociedade o conhecimento da cultura da nossa cidade.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador) — Deputado Cláudio Abrantes, V.Exa. tem inteira razão, até porque o Distrito Federal, apesar dos seus 51 anos de idade, na área de cultura está um pouco pior do que na área de transporte. Agora nós tivemos a coragem de enfrentar essa situação e dotar o Distrito Federal de um plano diretor de transporte votado nesta Casa. A licitação foi lançada na sexta-feira.

A mesma coisa precisamos fazer com a cultura. O Distrito Federal passou por um período em que, em vez de haver uma política de cultura, havia mal e porcamente uma situação de eventos. É bom que fique claro que evento não é cultura! Dos eventos que são feitos aqui, não fica absolutamente nada, não sobra nada para a população do ponto de vista cultural. Nunca quiseram valorizar, a não ser nos quatro anos do governo Cristovam, que ainda teve dificuldades, o governo do PT. Mas não houve uma valorização porque não temos efetivamente uma política de cultura no Distrito Federal.

Portanto, sobre essa questão do FAC, do contingenciamento, amanhã teremos um café com o Governador do Distrito Federal às 8 horas da manhã. V.Exa., Deputado Cláudio Abrantes, e o bloco liderado por V.Exa. estarão lá. Vamos colocar para o Governador já amanhã, depois que ele fizer a exposição do que ele quer conversar conosco, essa questão do FAC. Depois precisamos discutir nesta Casa e, ainda este ano, dotar o Distrito Federal de uma política de cultura permanente que perpassse governos. Não pode ser da cabeça deste ou daquele secretário, tem que ser aquilo que reflita efetivamente os desejos de uma cidade que desde a sua criação anseia por um programa de cultura para o Distrito Federal.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante. Agradeço sua visão e seu companheirismo. Aqui na Casa, posso dar o meu testemunho de que, quando criamos a Frente Parlamentar em Defesa da Cultura, houve adesão dos Deputados, e mais: há cobrança diária nesse sentido.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Cláudio Abrantes, quero lembrá-lo de que, independentemente desse debate específico, foram os Deputados que solicitaram ao Governo a questão das emendas. Quero fazer a discussão em separado, porque os Deputados estavam sendo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 03 2012	15h40min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

surpreendidos por execuções de emendas sem que eles tivessem o acompanhamento e a devida chancela de emendas da sua autoria, que às vezes a administração ou secretaria empenhavam. Conseqüentemente, o próprio Deputado acabava não acompanhando a execução da emenda.

Independentemente do debate do Fundo de Apoio à Cultura, que é absolutamente pertinente, e V.Exa. tem traduzido o anseio por essa temática dentro da Casa, aproveito para parabenizá-lo por julgar extremamente importante, relevante. É muito mais uma questão de apresentar ao Governo essa questão que afeta a todos nós e, em particular, a atividade da cultura.

Quero concordar com o Deputado Chico Vigilante. Hoje eu passava por um restaurante, um cidadão me abordou e falou – ele se referia a V.Exa., Deputado Cláudio Abrantes: “Eu já tive a oportunidade de conversar com o Deputado Cláudio Abrantes, tenho acompanhado o processo de empenhos de emendas destinadas a eventos, e isso tem servido para inúmeros problemas de desvios de recursos”.

Quero aproveitar isso, foi uma voz da rua, não conheço a pessoa, para que sirva de alerta a cada um dos Deputados quanto à execução das emendas destinadas a eventos. Infelizmente, elas têm servido para outras finalidades que não a finalidade explicitada no termo da emenda. Uma vez colocado isso, Deputado Cláudio Abrantes, eu gostaria que V.Exa. pudesse patrocinar um debate sobre isso, porque creio que nós Parlamentares não podemos ser abordados por *e-mail*, na rua, e ficarmos silenciosos.

O *Correio Braziliense* já apontou isso por várias vezes. Acredito que cabe a nós Parlamentares enfrentar esse debate. Sei que há entidades sérias que dispõem das emendas parlamentares e as executam com absoluto rigor à legislação. Mas isso não é unanimidade. Conseqüentemente, uma laranja podre no cesto contamina todo o cesto. Espero eu que seja apenas uma laranja, mas, infelizmente, sabemos que pode haver mais de uma laranja.

Creio que um debate dessa envergadura, vindo de V.Exa., com experiência, maturidade e equilíbrio, em vez de jogar acusações, sem a devida responsabilidade, o que danifica todo um projeto que a sociedade civil organizada pode desfrutar, de maneira responsável, pode produzir um bom resultado. Portanto, coloquei a minha assinatura na proposição de autoria de V.Exa. Ela terá a minha apreciação positiva, o meu respaldo, e acompanho a leitura que o Deputado Chico Vigilante deu sobre dialogar com o Governo.

Aproveito isso para alertar sobre esses outros problemas que não interessam àqueles que fazem a cultura com seriedade e com critério.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Agradeço o aparte de V.Exa., Deputado Wasny de Roure.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 03 2012	15h40min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Deputado Wasny de Roure, V.Exa., sempre com bom senso, traz realmente um tema extremamente importante, e esta Casa não pode deixar de fazer essa discussão.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Perfeito. É justamente nesse sentido que temos feito o debate. É nesse sentido que esta Casa tem feito a defesa e levará, sem dúvida nenhuma, amanhã ao Governador, neste café, essa questão de valorização do FAC e de novas políticas de incentivo, visto que falamos – vários Deputados aqui falaram – da questão da lei de incentivo. Isso é uma prerrogativa, é algo de que esta Casa não abre mão, que já foi discutido no ano passado e já passou pelo Confaz. Cabe – como foi colocado aqui pela Deputada Arlete Sampaio – cobrarmos essa agilidade, para que esses instrumentos, que são essenciais à cultura do Distrito Federal, possam efetivamente acontecer.

Estou apresentando uma indicação ao Governo do Distrito Federal para imediato descontingenciamento dos recursos do FAC. Esse requerimento foi assinado por todos os Deputados presentes nesta sessão. Vamos pedir a leitura hoje, ainda, para que o Governador também saiba. Tenho certeza de que ele será sensível a essa questão, porque 20 milhões para o FAC, para a cultura, é praticamente a metade do que se tem para o ano inteiro. A cultura não pode ser vista linearmente. Sabemos das dificuldades orçamentárias deste país e do Distrito Federal. Nem está concluso o terceiro mês, e já temos a metade dos recursos praticamente parados.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Cláudio Abrantes, eu gostaria apenas de complementar com o seguinte: entendo ser extremamente pertinente termos um relatório de execução do Fundo de Apoio à Cultura do ano passado, porque, historicamente, Brasília teve desvios nessa área. Alguns poucos eram beneficiados. Por esse motivo, acho importante termos um acompanhamento de quem foram os beneficiados, para democratizar esses recursos de maneira bastante responsável, de maneira criteriosa, para todos os segmentos que estão organizados nesse setor.

Acho muito importante que V.Exa., que está encabeçando esse debate, tenha um relatório da execução orçamentária do Fundo de Apoio à Cultura do ano passado, para que façamos isso neste ano, com a devida responsabilidade. É só para efeito de termos a informação por inteiro.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Deputado Wasny de Roure, faremos isso. Inclusive, na cultura, mostra-se cada vez mais necessária uma discussão profunda. Precisamos discutir a forma como pretendemos ver a cultura nesta cidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 03 2012	15h40min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Deputado Wasny de Roure, só para esclarecer, para este ano temos uma dotação de 44 milhões. Ficou o superávit do ano passado, de 21 milhões, mas desses 21 milhões já há compromisso para o pagamento de 11 milhões. Portanto, teremos ainda 3,5% para a parte de consultoria, para equipar o FAC. Então, teríamos algo em torno de 53 milhões de reais para o FAC. Um contingenciamento de 20 milhões representa, nisso aqui, 40%, ou seja, o FAC está sendo contingenciado em 40%. Se pensarmos somente no valor deste ano, chega-se a quase 50%. E, mesmo que fossem 10%, já seria um prejuízo muito grande, porque sabemos que o FAC tem muita dificuldade de execução, por tudo que o senhor falou e também por outros motivos.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Cláudio Abrantes, vou ao encontro do que foi falado pela galeria. Na divisão do bolo, sempre sobra, para a cultura, um pedaço muito pequeno. Então, se vai haver contingenciamento – quando falamos em contingenciamento, queremos dizer que por um momento está obstruído, e depois vai ser desbloqueado –, por que não se faz isso onde há muito recurso? Essa é a grande realidade. Se há a intenção de desbloquear, já fui secretário e administrador de algumas pastas e sei que é muito ruim quando se pega o QDD e ele está bloqueado. Acho que não custa uma relação assim: “Secretário da Cultura, temos que contingenciar alguma coisa da sua secretaria. O que daria para ser contingenciado? Administrador tal, secretário tal, Secretário de Ação Social”. Acho que é dessa forma que deve ser tratado o assunto, pois é criada uma expectativa.

Quanto ao FAC, não é simplesmente chegar lá e dizer: “Olha, eu só faço isso se...”. Você tem o dinheiro, há todo um procedimento, toda uma burocracia para estar apto a, efetivamente, executar aquela sua ideia de disseminar a cultura. De que adianta só o jogo da Copa, sem cultura? Essa é a grande realidade. Agora, o mais importante é que há um grande número de profissionais, de pessoas que trabalham, que criaram e investiram para se habilitarem nesse processo e, agora, veem o seu sonho segmentado pela metade ou em 40%. É muito pouco o recurso que é destinado a ele, do orçamento total do GDF.

Tive oportunidade de presidir a Brasiliatur, onde pessoas misturavam turismo com evento, com cultura. Acho que há similaridade, mas fico muito preocupado. E só vou divergir um pouquinho do nosso Líder, Deputado Wasny de Roure, porque há muitos eventos feitos que são bons, que disseminam a cultura. São eventos que, efetivamente – nós, que temos essa população tão plural, tão diversa, como diria uma ex-professora minha de História da Arquitetura –, “têm ecletismo muito grande”. Temos culturas da maior sorte, do Maranhão, do Piauí, de Minas, de todos os lugares, e, às vezes, com pessoas mais humildes, mas que fazem o seu trabalho



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 03 2012	15h40min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

lá. O que é preciso é que os iguais sejam tratados de forma igual e os diferentes de forma diferente.

Não dá para passar a régua, porque se tiram 10% de todo mundo. E 10% de quem tem só um pouquinho vai fazer muita falta, mas de quem tem muito, qual a diferença? Serão gastos tantos bilhões de uma vez só, no estádio? Não. Vão ser gastos tantos bilhões, de uma vez só, na publicidade? Não. Há o prazo, há o cronograma. Então, por que não foi contingenciado ali? Essa é a preocupação.

Eu gostaria de parabenizar V.Exa. pela defesa não só da cultura, mas também de vários segmentos e, principalmente, por levar sonho a tanta gente. A cultura renova a alma. Os Titãs já diziam: "A gente quer cultura, diversão e arte". Não é só comida. Essa é a grande realidade.

Muito obrigado.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Agradeço o aparte do Deputado Rôney Nemer.

Concluindo, Sr. Presidente, quero agradecer a presença principalmente dos artistas, dos fazedores de cultura, do Fórum de Cultura, que tiraram horas do seu período de trabalho, do seu descanso, do seu ofício, para estarem aqui. O Fórum, os artistas, os fazedores de cultura desta cidade estão atentos às ações deste Governo, de que fazemos parte, que temos orgulho de ter elegido, mas também temos compromissos com a sociedade. E os compromissos foram colocados — o Adeilton trouxe os compromissos do Governo — nós vamos também, como base, cobrar para que eles sejam efetivados. Temos feito isso, seja na tribuna, seja nas ações das audiências públicas e seja neste pedido que voltamos a fazer: primeiro, pelo descontingenciamento do FAC e, segundo, que a Lei de Incentivo à Cultura chegue o quanto antes a esta Casa, para que possamos debater sobre essa lei e tenhamos ainda mais uma fonte.

Acredito que nós faremos — o Deputado Agaciel Maia, que é o Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, não está aqui neste momento — um grande debate sobre a Lei de Incentivo à Cultura, e o Deputado Agaciel Maia capitaneará isso na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Precisamos, sim, dotar a cultura de instrumentos para que ela possa fazer o que o Deputado Rôney Nemer disse há pouco: levar sonho, levar alegria, levar esperança — levar a crítica também —, levar o pensamento crítico, enfim, uma série de coisas que só a cultura — na sua transversalidade, na sua condição de chegar a todos os cantos, a todas as pessoas, a todo cidadão — tem condição de fazer.

Eu quero agradecer a paciência, a presença de todos, agradecer também a boa vontade do nosso Presidente desta sessão, o Terceiro Secretário desta Casa, Deputado Joe Valle, e solicitar, se possível, que já seja lida na sessão de hoje a nossa indicação solicitando o descontingenciamento. Ao mesmo tempo, eu gostaria de solicitar ao Deputado Chico Vigilante, que é Líder do PT, ao Deputado Wasny de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 03 2012	15h40min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Roure, que é Líder de Governo — nós mesmos faremos isso também —, que sejamos recebidos pelo Secretário de Planejamento para expor, de uma forma muito ordeira, muito sensível, as necessidades da cultura. Sabemos que a função dele passa por isto: dar equilíbrio às contas, ao planejamento do Governo, mas, como disse o Deputado Rôney Nemer, tirar da cultura... Ele foi até benéfico quando diz que tem um pedaço pequeno do bolo. Para mim, tem a migalha, sobra a migalha, e nós temos que mudar essa realidade.

Então, eu quero solicitar que tenhamos também essa audiência com o Secretário de Planejamento e que o Fórum esteja presente para poder expor essas necessidades que a cultura tem há tanto tempo. E que possamos, sim, mudar e ajudar para que aconteça.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Cláudio Abrantes, parabéns pelo pronunciamento e que consigamos efetivamente dar a importância que a cultura merece.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Deputado Joe Valle, como membro integrante da Mesa Diretora desta Casa, eu queria fazer uma solicitação: pedir a V.Exa. que transmitisse à Mesa Diretora a nossa preocupação. Nós estamos aqui às 17 horas e temos no plenário sete parlamentares. Desde que cheguei a esta Casa, espanta-me o fato de nós passarmos tardes inteiras debatendo, com uma pauta enorme de votação, inclusive de vetos que temos que apreciar para poder liberar a pauta para votação de projetos de parlamentares. E isso não acontece.

Eu gostaria de pedir a V.Exa. que levasse à Mesa Diretora esta preocupação: que nós possamos nos debruçar sobre os vetos para que possamos limpar a pauta e entrar no debate dos projetos de parlamentares, que estão aí acumulados sem votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeitamente, Deputada. Lembrando que além da Mesa Diretora, são todos os companheiros que precisam estar no plenário para que possam dar *quorum* e votar, mas será levado esse recado e essa colocação de V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós assistimos outro dia, Deputada Arlete Sampaio, à vinda de um grupo de Senadores da República a esta Casa — o Senador Demóstenes Torres, o Senador Álvaro Dias e outros —, vindo aqui acusando



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 03 2012	15h40min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

o Governador Agnelo Queiroz de coisas que o Governador não havia feito, tanto é que depois ficou provado através da sindicância feita na Anvisa, que inocentou o Governador. Esse mesmo Demóstenes Torres é aquele que agrediu, de maneira contumaz, o Presidente do Congresso Nacional, o Senador José Sarney, um homem já de oitenta anos, que um dia teve de descer da tribuna ao plenário para encará-lo de peito, de homem para homem, mas ele não teve a coragem de enfrentar o Senador José Sarney.

Mas agora, Deputada Luzia de Paula, a gente vê esse que se dizia o vestal da moralidade no Brasil envolvido com bicheiro. E dizendo que não, que a amizade dele não tem nada a ver. Eu sou casado há mais de trinta anos, e todos sabem que no dia do nosso casamento nós só convidamos quem realmente é amigo da gente. Em festa de casamento da gente, de batizado de nossos filhos, não entra qualquer pessoa. Esse Carlinhos Cachoeira deu um presente – uma cozinha completa importada dos Estados Unidos – para o Senador Demóstenes Torres. Presente. Inclusive, até desempregando a mão de obra nacional, porque aqui nós temos fábricas de fogões, de armários, que fabricam cozinhas de grande qualidade. Eu não vou citar nomes aqui, para não fazer propaganda, mas são coisas boas, de primeira. Mas para ele não serviu. Tinha de ser dos Estados Unidos. E ele é tão sem responsabilidade que agora coloca a culpa em sua mulher. Quer dizer, não assume o erro. Ele diz que não, que a culpa é da sua mulher, que é amiga da mulher do Cachoeira.

E quanto aos quase trezentos telefonemas que surgem, segundo o *Correio Braziliense* publica, aproximadamente trezentos telefonemas, ele diz que não, é porque ele se tornou uma espécie de conselheiro sentimental do Cachoeira. Ele se tornou, Deputado Cláudio Abrantes, um conselheiro sentimental do Carlinhos Cachoeira.

Essa é uma situação grave. Nós, eu, como Líder do Bloco PT/PRB, não vou ao Senado Federal, porque eu não vou me imiscuir nas questões do Senado e pedir que se abra processo ético contra o Senador Demóstenes Torres, mas eu acho que os Senadores do PT, no Senado Federal, têm a obrigação de fazer isto: pedir que seja aberto um processo disciplinar, na Comissão de Ética, contra esse Senador, que além de Senador, é Promotor de Justiça. Portanto, ele sabe efetivamente o que é a lei. E que diz em sua frágil justificativa que não sabia que o cidadão era bicheiro. Goiás inteiro sabia. O Brasil inteiro sabia. O país inteiro sabia. Mas ele não sabia que o cidadão era bicheiro.

Essa é a demonstração do tipo de oposição que temos no Brasil. Oposição que não tem moral para dar lição em quem quer que seja, porque é esse tipo de gente que brada lá no Senado Federal. Bradou muito contra o Lula, contra a Presidenta Dilma Rousseff. Achou pouco e veio até com seus brados aqui à Câmara Legislativa pedir a cassação do Governador Agnelo Queiroz.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 03 2012	15h40min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Lá no Maranhão, Deputada Luzia de Paula, nós temos um velho ditado que diz que o castigo vem a cavalo. Portanto, está aí agora. O Senador Demóstenes vai ter de se explicar para a sociedade brasileira. Ele precisa se explicar. Não adianta ficar com essa justificativa mais do que frágil que ele está dando à imprensa. Inclusive, fugindo da imprensa. Ele disse que ia subir hoje à tribuna do Senado para se explicar, me parece que não subiu, nem vai subir, porque esse tipo de coisa é autoexplicável.

A verdade é que ele não tem como sair dessa. Enquanto isso, ele, que acusou da maneira que acusou o Governador Agnelo Queiroz. O Agnelo Queiroz agora está aí inocentado, não é? E depois não venham me dizer que é o *Correio Braziliense* fazendo campanha contra o Senador Demóstenes Torres, porque está na *Época*, e em várias revistas, televisões, rádios e jornais do Brasil.

Portanto, essa é uma situação realmente grave. É um senador da República envolvido com um malfeito. O Senado Federal precisa, efetivamente, investigar, deixar essa coisa clara e puni-lo na forma da lei, porque ele se envolveu com malfeito. É um senador da República que se envolveu com um malfeito! Não deveria ter feito e fez. Portanto, é importante que o Senado da República abra um processo disciplinar e ele possa explicar essa ligação tão íntima, sentimental com o Sr. Carlos Cachoeira. Acho que é fundamental e importante que isso seja feito.

O segundo ponto que quero abordar no dia de hoje, Presidente Deputado Joe Valle, é que eu estive visitando hoje o Hospital de Ceilândia, porque é muito importante e fundamental que a gente verifique as transformações que estão acontecendo na saúde do Distrito Federal, Deputada Luzia de Paula, em função do Governo Agnelo.

O Hospital de Ceilândia, em toda a sua existência, de mais de 30 anos de idade, tinha seis leitos de UTI. Agora, no Governo Agnelo Queiroz, já implantamos mais quatro leitos de UTI. É pouco? Mas é cerca de 70% a mais do que tinha antes. No Governo Agnelo, nós já reformamos a sala de cirurgia do Hospital de Ceilândia. Quando o Agnelo assumiu, estava fechada por estar infestada de piolho de pombo.

Estamos com um processo agora, Deputada Arlete Sampaio, de construção de um novo bloco materno-infantil no Hospital de Ceilândia, porque o último construído foi quando V.Exa. era Vice-Governadora do Distrito Federal. Portanto, é um prédio, estamos verticalizando o Hospital de Ceilândia. Já foi construído o prédio, Deputada Luzia de Paula, que é a sala de anatomia do Hospital de Ceilândia. Andei lá dentro hoje. Um prédio bonito, construído dentro, no centro do Hospital de Ceilândia, de primeira, uma coisa muito importante, em um convênio que o Hospital de Ceilândia tem com a Católica, o dinheiro que a Católica repassa estão aplicando.

Foi construído também o depósito de lixo hospitalar do Hospital de Ceilândia, porque antes ele era largado lá nos velhos contêineres enferrujados, e hoje está sendo acomodado devidamente, como manda a legislação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 03 2012	15h40min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

Mas, para a nossa felicidade, para nós que somos da base de sustentação do Governo Agnelo Queiroz, mais especialmente, Deputada Arlete Sampaio, V.Exa. que é uma médica, para as mulheres do Distrito Federal, na quinta-feira agora, no Dia Internacional das Mulheres, no Condomínio Pôr do Sol em Ceilândia, o Governador Agnelo Queiroz estará apresentando a primeira carreta da saúde do Distrito Federal. Quando estou falando carreta, é uma carreta mesmo! É uma supercarreta dotada de equipamentos modernos, de um consultório, para deslocar essa carreta até os pontos mais remotos do Distrito Federal. Ali, as mulheres vão se consultar. Dependendo da necessidade, o médico já vai pedir o exame. Será praticado ali o exame de mamografia, de ecografia, de tudo, e ela já vai sair com o resultado na mão, de dentro da carreta, para se encaminhar imediatamente ao tratamento.

São milhares de vidas que vamos salvar nessa iniciativa pioneira do Governador Agnelo Queiroz.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Deputado Chico Vigilante, também quero agregar algumas informações que são extremamente importantes ao seu discurso. Hoje eu estive visitando o Hospital Regional da Asa Norte. Lá estive no ano de 2010, já que ano passado fiquei completamente atarefada com a tentativa de reconstrução da Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, e fiquei impressionada com a mudança que vi. Porque de todas as unidades de saúde do Distrito Federal, aquela que mais me impactou foi justamente o Hospital Regional da Asa Norte, pois inúmeras enfermarias encontravam-se fechadas. Quando abríamos a porta, lá estavam cadeiras e camas jogadas, quebradas.

O pronto-socorro de clínica médica – já que aquele hospital é referência de clínica médica para o Distrito Federal – parecia um hospital de guerra. Ao visitar o hospital hoje, percebi uma mudança significativa. O hospital está totalmente reformado na parte de impermeabilização; toda a rede hidráulica está sendo reformada, porque havia furos por todos os cantos, inclusive no centro cirúrgico; toda a parte elétrica está sendo reformada; o restaurante está sendo reformado. No pronto-socorro da clínica médica, construíram ambulatórios dignos, porque antes o cubículo em que o médico atendia os pacientes era mínimo. Não havia a menor condição, inclusive de privacidade para a paciente ou o paciente que lá estivesse. Hoje, existem consultórios dignos montados. Visitei as enfermarias e constatei que todas elas estão sendo reconstruídas. Isso me deu muita alegria porque, de fato, percebemos o esforço que este Governo está fazendo para reconstruir a saúde pública do Distrito Federal.

E como V.Exa. falou, na quinta-feira, vamos inaugurar essa carreta, que é um ambulatório ambulante de gineco-obstetrícia. Lá serão feitos exames de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 03 2012	15h40min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

mamografia, de ecografia e, inclusive, o papanicolau, de prevenção de câncer do colo uterino. As pacientes receberão o laudo do papanicolau em 48 horas. Essa é uma novidade fantástica.

Além disso, é bom dizer que o Governador Agnelo Queiroz iniciou, no ano passado, a cirurgia de reconstrução de mama das mulheres mastectomizadas. Em um único dia do ano passado, foram feitas mais reconstruções do que em todo o ano de 2010. E neste ano de 2012, vamos zerar toda a demanda reprimida por reconstrução de mama das mulheres mastectomizadas. A partir do ano que vem, portanto, as mulheres mastectomizadas vão ter as suas reconstruções em dia, evitando esse constrangimento, que é a mutilação de uma mulher mastectomizada.

Portanto, quero dizer que, apesar de existirem ainda muitas insuficiências na nossa rede pública, avanços significativos estão ocorrendo. E quero ir a todos os hospitais, para poder falar aqui, com toda a segurança, das coisas positivas que o nosso Governo está fazendo na área da saúde.

Muito obrigada, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Agradeço o seu aparte, Deputada Arlete Sampaio, e o incorporo ao meu pronunciamento.

Eu tenho um sonho, Deputada Arlete Sampaio, que eu espero ver concretizado ainda no Governo Agnelo, que é o de termos uma saúde pública no Distrito Federal melhor, mas muito melhor, do que a do sistema privado. Porque nós temos profissionais de primeira grandeza, médicos, atendentes, enfermeiras, realmente comprometidos com a saúde pública. Portanto, acredito efetivamente na capacidade que esses homens e essas mulheres têm, e sob a gerência, sob a batuta de um médico, que é o Governador Agnelo Queiroz. Não tenho dúvida de que vamos ter uma saúde pública melhor, efetivamente, do que a saúde privada.

Para concluir – Deputada Arlete Sampaio, V.Exa. já abordou um tema aqui –, nós estamos vendo uma série de categorias em mobilização, o que é legítimo, o que é correto, que tem nosso apoio e nossa solidariedade. São policiais militares, bombeiros, professores. Agora, precisamos separar qual é o papel do Executivo e qual é o papel do Legislativo. Este Legislativo não pode parar em função de reivindicação ou de mobilização de trabalhadores. Está errado parar o Legislativo, numa espécie de greve do Legislativo. Nós temos que jogar um papel importante no Legislativo, que é abrir o canal de negociação com o governo. O governo vai estar, mais do que nunca, falando a verdade para as categorias, dizer o que pode e o que não pode ser atendido. Agora, não podemos parar o Legislativo, porque ele é do conjunto da sociedade do Distrito Federal. O Legislativo não é para esta ou para aquela categoria.

Portanto, a solidariedade individual de cada Deputado é importante, Deputado Agaciel Maia, mas não se pode efetivamente parar o Legislativo por causa dessa ou daquela categoria que está em greve.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 03 2012	15h40min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

A minha categoria, a de vigilante, fez recentemente uma greve vitoriosa e, durante os dias da greve, eu estive à frente do movimento todo o tempo, usando o prestígio de Deputado para buscar o papel de negociar. No entanto, é errado querer parar o Legislativo em função desta ou daquela categoria em greve. Tem todo o apoio, toda a solidariedade, mas o Legislativo precisa funcionar.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Sobre a mesa Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Não havendo mais inscritos nos Comunicados de Líderes, passa-se aos Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

(Assume a Presidência o Deputado Cláudio Abrantes.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Eu gostaria de falar rapidamente sobre dois assuntos, Sr. Presidente.

O primeiro é que temos conversado, temos a Frente Parlamentar Ambientalista nesta Casa, temos trabalhado todos os assuntos e logicamente participado de várias reuniões, então eu gostaria de falar de uma preocupação muito grande que surge nas reuniões, nos coletivos no Distrito Federal e até no Brasil.

Brasília, Distrito Federal, é a única cidade sede dos jogos da Copa do Mundo que ainda não tem o seu Comitê de Sustentabilidade colocado para a sociedade. É a única cidade. Eu estive hoje conversando com o Cláudio Langone, coordenador de sustentabilidade da Copa do Mundo no Ministério dos Esportes, que fez um apelo para que conversássemos com as pessoas corretas, que fazem isso acontecer, para que possamos ter o Comitê de Sustentabilidade, até para recebermos recursos, pois caso não tenhamos esse comitê, não poderemos receber os recursos. Ele falou: “Olha, não tem mais o que fazer”. E não há, por ser hoje a Capital do Brasil a única cidade. É simplesmente o responsável por esse assunto no Governo colocar isso de forma muito clara. Então, eu gostaria de fazer um apelo para que possamos instituir o Comitê de Sustentabilidade da Copa do Mundo na nossa Capital.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 03 2012	15h40min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

O outro assunto, eu acho, é recorrente em nível de Governo. Nesse caso, vou fazer esse pronunciamento, porque acho que é meu dever fazê-lo, para que no meu Governo — falo como base do meu Governo — isso possa acabar e não tenhamos mais os problemas que temos tido ao longo do tempo.

Eu fiz uma solicitação, desde o dia 10 de fevereiro de 2012, de audiência com o Secretário de Educação. Então, no dia 10 de fevereiro, fiz uma solicitação. Eu tenho tudo organizado, faço tudo por escrito, fiz por *e-mail*. A pauta eram as escolas rurais — o transporte escolar na área rural e os projetos de infraestrutura —, já que coloquei boa parte das minhas emendas nesse espaço. E havia algumas escolas com problema de infraestrutura, inclusive uma escola ainda com sala de aula de madeirite, que levava problemas aos alunos.

Bom, no dia 10 de fevereiro fiz um pedido. No dia 16 de fevereiro, mais um pedido. No dia 28 do mesmo mês, outro pedido, por escrito. Novamente, a segunda ligação no dia 28 de fevereiro, pedindo esse trabalho mais uma vez. Ontem, mais um pedido de audiência, em que coloquei que o assunto era urgente, porque a sala de aula vai cair na cabeça dos meninos. Acho que é um assunto bastante urgente e de relevância. E nós recebemos como resposta, mais uma vez, uma negativa, sob alegação de que o Secretário está ocupado andando nas 14 coordenadorias regionais de ensino do Distrito Federal e, assim que possível, entrariam em contato para agendar.

Ora, pois, muito bem. Primeiro, eu acho que se o Sr. Secretário está andando por esses lugares, poderia estar andando para resolver o problema. Já colocamos o recurso lá no ano passado, esse recurso foi perdido das emendas, exatamente para infraestrutura.

Outro detalhe, Deputado Chico Vigilante, Líder do Partido dos Trabalhadores, e nosso Deputado Wasny de Roure, é que eu não imagino que do dia 10 de fevereiro até a presente data não tenha havido um intervalo de quinze, vinte minutos, para tratarmos de assunto importante, porque eu acredito que risco de vida de alunos na área rural seja um assunto extremamente importante. Então, eu vejo que não há possibilidade de isso não acontecer e não tem por que não acontecer.

Eu sei que essa tem sido uma questão recorrente especificamente na educação no Distrito Federal. Veja bem, Deputado Chico Vigilante, isso não precisa acontecer. Não precisa! É uma coisa tão simples! Somos todos da Base, queremos ajudar. Se eu estivesse indo a algum momento pedir qualquer coisa que não fosse da alçada desse Secretário e que não fosse de interesse público, coletivo; se fosse algum interesse particular, perfeitamente, eu entenderia e esperaria, como bom cidadão que sou. Mas não é nada disso! Não se trata disso.

Então, eu gostaria de fazer um apelo a todos os meus companheiros, ao Presidente, a esta Casa, para que nós possamos ter esse processo contínuo de conversa com o Executivo, pois entendo que é função desses secretários. Quero aqui



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 03 2012	15h40min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

ressalvar muitos dos secretários que nos tratam bem, porque nós vamos lá sempre falar de projetos.

Eu já tive a oportunidade de ser do Executivo nacional e recebia deputados, senadores, governadores em todos os momentos, por entender que essas pessoas tinham o que agregar ao meu trabalho como secretário, já que eram parte dos meus clientes naquele processo. Não me furtava a recebê-los até sem agenda marcada. Mas, vejam, eu atendia o País inteiro. Todo o País. Aqui são apenas 24 Deputados Distritais. Então, eu acho inconcebível levar trinta dias — trinta dias, cumprindo a minha missão de fiscalizar, de representar e de legislar — para ser atendido por um secretário de Estado que quer — imagino que queira — fazer o bem e fazer de forma clara um serviço para a população e para a comunidade.

Quero deixar registrado nas notas taquigráficas desta Casa, definitivamente, que se um secretário não recebe um Deputado da base, um Deputado que ajuda o Governo todos os dias, que só trabalha e fala de projetos, que leva recursos e que busca a excelência do ensino o tempo inteiro na área rural, no espaço do Distrito Federal, eu vejo que, realmente, em uma área tão importante, teremos problemas. Não há perigo de dar certo um projeto desse porte.

Eu achei necessário fazer esse pronunciamento – aliás, é o primeiro pronunciamento que faço neste plenário, em 14 meses do meu mandato, para fazer qualquer tipo de reclamação. Infelizmente, eu acho que é fundamental e necessário fazermos desta forma. Quando não há o entendimento claro do gestor público de quem é o seu cliente, de como ele tem de trabalhar, de como ele tem de fazer, quem realmente pode ajudar ou não, a gente imagina que esse gestor esteja completamente perdido na sua atuação. Eu quero ajudar a encontrar esse fio da meada. Eu quero ajudar a construir uma educação de excelência no Distrito Federal porque, no meu entendimento, junto com cultura, educação é o grande ponto e foco para fazer a verdadeira revolução na nossa cidade.

É com muito pesar, estou muito triste por estar aqui fazendo esse pronunciamento, porque eu não precisaria estar. O Governador já deve ter tanto problema, para ter mais um sem nenhum motivo. Eu queria deixar aqui o meu repúdio, o meu protesto. Eu não aceito essa forma de tratamento enquanto base, enquanto Deputado Distrital sério, coerente e que tem vontade de fazer o Distrito Federal como uma vitrine para o meu País.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Obrigado, Deputado Joe Valle. Eu quero me solidarizar a V.Exa. Hipoteco a V.Exa. todos os valores que V.Exa. colocou na defesa da sustentabilidade, do meio ambiente de uma forma íntegra e correta para a melhoria do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Deputado Evandro Garla. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 03 2012	15h40min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

Estão encerrados os Comunicados de Parlamentares.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Não havendo *quorum*, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h32min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 42 – Suplemento, de 13/3/2012.